

apresentação



A Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva (REDCUNP) apresenta-se no cenário jurídico nacional, como um relevante instrumento de difusão da pesquisa científica, da análise crítica do Direito e de fomento à produção intelectual na área jurídica, sob uma perspectiva interdisciplinar de estudo.

Possui como linha editorial temáticas relacionadas ao *Estado Democrático de Direito e Solução de Conflitos*, objeto central de nossas publicações.

Com muita satisfação, cumpre-nos informar à comunidade acadêmica que a Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva fora reclassificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em sua última avaliação (2017), ao *Estrato B1* do Sistema *Qualis* de classificação de Periódicos Científicos no Brasil, demonstrando o compromisso da publicação com a qualidade da produção intelectual veiculada.

É com enorme alegria que apresentamos o segundo número da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva do ano de 2017.

O presente número do periódico compõe-se por dez trabalhos científicos inéditos, de autores internacionais e nacionais, cujas temáticas proporcionam ao leitor instigantes discussões sobre questões do contexto contemporâneo do Direito, sob a imprescindível perspectiva do Estado Democrático do Direito.

Neste exemplar da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, convidamos a Professora Doutora Jiang Yi Wa, vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de Macau (China), para publicar artigo de sua autoria intitulado *Tutela Jurídica do Ambiente na Constituição da República Popular da China e na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau*. Em seu texto, a autora discorreu sobre a relevância da proteção mundial ao meio ambiente e a necessidade de uma profunda reforma das legislações nacionais relacionadas à proteção ambiental no âmbito da República Popular da China, a partir de um estudo crítico-analítico da Constituição Chinesa e da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau.

No segundo texto, Gabrielle Jacobi Kolling, Doutoranda e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinós) e Professora do Programa de Mestrado em Saúde Ambiental das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP) em conjunto com Joedson de Souza Delgado, Mestrando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), escreveram o artigo *The Relation Between the Social Purpose and the Right to Health in the Medical-Hospital Care Sector*, que aborda a relevante temática da função social da empresa no setor de assistência médico-hospitalar, perpassando a análise sobre a perspectiva da efetivação do direito à saúde.

Do Estado de Rondônia, Walter Gustavo da Silva Lemos, Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ) e Professor da Faculdade de Rondônia (FARO) e da Faculdade Católica de Rondônia, apresenta interessantíssimo articulado intitulado *Justiça de Transição e Ubuntu: A Utilização de Elementos Tradicionais como Meio de Reconciliação*, no qual promove uma abordagem dos Processos de Justiça Transicional, com esteio em estudo específico da experiência sul-africana com suporte na utilização do elemento tradicional-religioso do Ubuntu.

Com o artigo intitulado *A Liberdade Artística é "Sagrada"? Uma Análise Acerca dos Limites da Liberdade de Expressão Artística*, Cristiano Padiá Fogaça Pereira, Mestrando em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Advogado, realiza profícua análise a respeito da liberdade de expressão artística na contemporaneidade, com enfoque nos possíveis conflitos com a religião, discurso de ódio e preconceito.

No quinto artigo, Fernando da Silva Cardoso, Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Professor Assistente do Curso de Direito da Universidade de Pernambuco e do Centro Universitário do Vale do Ipojuca/PE em conjunto com Mariane Izabel Silva dos Santos, Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca/PE, no artigo *A Questão da Infância e da Adolescência no Processo Justransicional Brasileiro*, examinaram as graves violações de direitos humanos a crianças e adolescentes no período ditatorial brasileiro, destacando em suas conclusões

haver uma íntima correlação entre as violações e a formação jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil.

Carlos Luiz Strapazzon, Pós-Doutor em Direitos Fundamentais pela PUC-RS, Doutor em Direito pela UFSC e Professor do Mestrado da UNOESC (Chapecó/SC) em conjunto com Adriana Inomata, Mestre em Direito pela Unibrasil/PR e Professora da Escola de Direito da Universidade Positivo (Curitiba/PR) no artigo *Restrições, Privações e Violações de Direitos Constitucionais Fundamentais* discorrem sobre os hipóteses de intervenções sobre os direitos fundamentais, sob o enfoque de crítica teórica e jurisprudencial sobre o tema, com fundamento na teoria dos princípios de Robert Alexy.

Do Rio Grande do Sul, a Professora Regiane Nistler, Mestre em Direito pela Faculdade Meridional (IMED/RS) apresenta o texto intitulado *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental N.153 (ADPF N.153)*, no qual faz uma análise pormenorizada das peculiaridades do conteúdo e da motivação da propositura da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF n. 153) perante o Supremo Tribunal Federal, com relevantes conclusões sobre a temática.

No artigo intitulado *A Crise da Democracia e o Desmantelamento do Estado Social: Implicações e Desafios a partir da Perspectiva de Luigi Ferrajoli*, Mariângela Matarazzo Fanfa Colognese, Mestre em Direito pela Faculdade Meridional (IMED/RS), examinou as implicações da crise da Democracia na redução das prestações do Estado Social, sob a perspectiva dos impactos em face de interesses econômicos e financeiros, identificados na relação estabelecida entre Estados e mercados, buscando assim fomentar o planejamento de estratégias de reabilitação política e a eliminação dos efeitos nocivos da crise sobre as instituições e os poderes democráticos, reforçando o dever histórico com a liberdade, a igualdade e a justiça.

No nono artigo, Artur Magno e Silva Guerra, Doutor em Direito Público pela PUC Minas, Mestre em Direito pela UFMG, Professor de Direito Constitucional e Eleitoral da Escola de Direito do Centro Universitário Newton Paiva e da Faculdade Milton Campos e Paula Resende Neves, Bacharelada da Faculdade de Direito Milton Campos, propõem reflexões críticas sobre o modelo federativo adotado pelo Brasil, no artigo *Federalismo de Cooperação: O Excesso de Atribuições às Gestões Municipais*, que busca discutir a influência do Fundo de Participação dos Municípios na receita desses entes e os impactos causados na gestão municipal, em face do desequilíbrio existente entre os excessivos encargos assumidos pelo municípios e receita percebida.

Intitulado *Liberdade de Expressão e o Discurso de Ódio: Notas sobre a Jurisprudência Constitucional dos EUA, da Alemanha e do Brasil*, o texto de autoria de Rômulo Magalhães Fernandes, Mestre e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Direito Público da PUC Minas e Anna Carolina de Oliveira Azevedo, Mestranda em Administração Pública na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, apresenta ponderações sobre a (im)possibilidade de restrição à liberdade de expressão quando, na exteriorização do pensamento, prevalecem conteúdos discriminatórios e preconceituosos, típicos de denominados discurso de ódio, para analisar os contornos do direito à liberdade de expressão decorrentes das práticas do discurso de ódio, com esteio no estudo de decisões da Suprema Corte Americana, do Tribunal Constitucional Federal Alemão e do Supremo Tribunal Federal Brasileiro.

Por fim, desejamos ao leitor uma excelente leitura, esperando que o diálogo e as reflexões propostas pelos autores nos articulados publicados possam colaborar para a proposição de futuras pesquisas, e, para o enriquecimento de toda a comunidade acadêmica.

PROFESSOR DOUTOR MICHAEL CÉSAR SILVA

Editor da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva